

A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China

South America as a geopolitical and geoeconomical space: Brazil, China and the United States

Cristina Soreanu Pecequilo*

Resumo

As transformações recentes do equilíbrio de poder mundial, que indicam a ascensão dos países emergentes e o declínio relativo dos poderes ocidentais tradicionais como os Estados Unidos e a União Europeia detêm impactos na agenda global e na regional da América do Sul. Neste contexto, observa-se o avanço dos projetos de integração liderados pelo Brasil, o aumento da presença da China e as reações norte-americanas a estas mudanças estratégicas, políticas e econômicas. Com isso, o objetivo do artigo é analisar a dinâmica geopolítica e geoeconômica da América do Sul no século XXI a partir das interações de Brasil, Estados Unidos e China.

Palavras Chave: América do Sul, Brasil, Estados Unidos, China, Geopolítica

Abstract

Recent changes in the world's balance of power, that indicate the growth of emerging nations and the relative decline of traditional Western powers such as the United States and the European Union, impact to global and regional agenda of South America. In this context, one can notice the promotion of regional integration projects led by Brazil, the spillover of China's presence and the American reactions to these strategic, political and economic changes. In this sense, the goal of this article is to analyze the geopolitical and geoeconomical dynamics of South America in the twenty-first century, studying Brazil, the United States and China's interactions.

Key Words: South America, Brazil, United States, China, Geopolitics

* Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, Pesquisadora do CNPq, NERINT/UFRGS, UNIFESP/UFABC e UnB. E-mail: crispece@gmail.com

Para a América do Sul¹, a primeira década do século XXI representou uma importante era de transformações sociais, políticas, econômicas e estratégicas, que trouxeram um renascimento da região como espaço geopolítico e geoeconômico. Tais transformações encontram-se diretamente relacionadas às crises do neoliberalismo dos anos 1990, com o esgotamento das agendas de abertura econômica, privatização, redução do Estado de Bem-Estar, que trouxeram o agravamento das assimetrias domésticas e fragmentação de muitas nações. Este agravamento, após o otimismo do imediato pós-Guerra Fria associado ao discurso de prosperidade e crescimento atrelado ao Consenso de Washington, gerou uma segunda década perdida nos anos 1990, muito similar à primeira de 1980².

Estas encruzilhadas, porém, provocaram um renascimento de projetos políticos de cunho social, que se tornaram dominantes no período de 2000/2010, por meio das agendas do Presidente Hugo Chávez na Venezuela (1999/2013) e do Presidente Luis Inácio Lula da Silva no Brasil (2003/2010). Pautas políticas similares disseminaram-se pela maioria dos países na região, e a dimensão social teve, como contrapartida, muitas vezes, a recuperação do crescimento econômico e a diminuição das instabilidades internas. A despeito do cenário não ser homogêneo nestes campos, com situações de maior e menor gravidade existindo na América do Sul, a ideia de um objetivo comum foi capaz de alavancar os processos de integração autóctones.

Dentre estes, destaca-se o já existente MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e os novos projetos da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), da CASA/UNASUL (Comunidade Sul-Americana de Nações, depois renomeada União das Nações Sul-Americanas) e da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas). Com isso, criou-se uma dinâmica de autonomia interna que reforçou a cooperação regional Sul-Sul. Simultaneamente, estas alternâncias foram acompanhadas por mudanças na projeção de poder dos Estados Unidos e da China na América do Sul. Com isso, as interações intrarregionais e extrarregionais criaram esferas estratégicas diferenciadas no espaço sul-americano.

Diante deste contexto, o objetivo do artigo é examinar a agenda estratégica do Brasil, dos Estados Unidos e da China na América do Sul, assim como suas triangulações. Deve-se destacar que a própria opção pela “América do Sul” como recorte de análise reflete um reordenamento do conjunto geopolítico e geoeconômico da América Latina em suas divisões mais conhecidas – América do Norte, América Central e América do Sul – com a elevação da importância político-econômica-estratégica da região nas relações internacionais.

Os Poderes “Tradicionais”: Brasil e Estados Unidos

De 1990 a 2010, as nações sul-americanas atravessaram duas fases distintas em sua agenda de relações internacionais que podem ser definidas, em linhas gerais, como de baixo perfil e autonomia. Enquanto a fase de baixo perfil refere-se à década de 1990, a autonomia

1 O artigo é baseado nas pesquisas desenvolvidas no projeto “A construção da integração na América do Sul e a China”, apoiada pela Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPEs No. 18/2012.

2 A década perdida de 1980 corresponde a um período de ampla crise social, política e econômica na América Latina, que coincide com o fim dos regimes autoritários que haviam levado à expansão do crescimento entre 1960/1970, os processos de redemocratização e a fase final da Guerra Fria.

correlaciona-se diretamente à reemergência de projetos políticos de esquerda na região nos anos 2000. Ao longo destas duas décadas, estas movimentações tiveram, como polos de projetos político-econômico-estratégicos distintos, potências tradicionais como o Brasil e os Estados Unidos. A estes polos somou-se a atração das agendas da Venezuela e da China ao longo da década.

No que se refere à fase do baixo perfil, a prevalência da iniciativa política foi dos Estados Unidos, com a reafirmação de sua posição hegemônica continental nos anos 1990. Tal reafirmação foi facilitada por três fenômenos: a crise político-econômica latino-americana resultante da década perdida (1980), o fim da Guerra Fria e o ativismo norte-americano. A percepção de vulnerabilidade da região, associada ao temor de isolamento pós-bipolaridade, impulsionaram a busca de um realinhamento ao Norte, como forma de assegurar um novo tipo de projeção internacional. Ainda que subordinada, esta projeção era vista como a única via possível de desenvolvimento econômico e era sustentada na premissa da unipolaridade gerada pela queda do Muro de Berlim (e agravada pelo fim da URSS em 1991).

Por ser um país “americano”, mas ao mesmo tempo a superpotência restante, os Estados Unidos surgiam como referencial para a América Latina, que buscava na agenda norte-americana uma válvula de escape. Além disso, não se pode desconsiderar o referencial político-ideológico representado pelos norte-americanos, símbolo da prosperidade e do crescimento. Tal referencial tornou-se discurso quase homogêneo das novas lideranças latino-americanas como Fernando Collor de Mello no Brasil (1990/1992), Carlos Salinas no México (1988/1994) e Carlos Menem na Argentina (1989/1999). Primeiro Mundo e modernização tornaram-se sinônimos de alinhamento à agenda dos Estados Unidos.

Bastante conhecida no debate sobre as relações hemisféricas, esta agenda ofensiva dos Estados Unidos era composta por três pilares: o Consenso de Washington, a integração regional (Iniciativa para as Américas, Acordo de Livre Comércio para a América do Norte e a Área de Livre Comércio das Américas – IA, NAFTA e ALCA, respectivamente) e os novos temas (segurança compartilhada para lidar com meio ambiente, tráfico de drogas, imigração, direitos humanos, boa governança, dentre outros).

Estes pilares traziam prescrições de política interna e externa para a América Latina e foram apresentados como o símbolo de uma nova era de cooperação regional que colocaria um fim definitivo à Doutrina Monroe (1823). Estabelecida no século XIX como forma de sustentar a lógica da “América para os americanos”, a Doutrina Monroe estabelecia a região como esfera geopolítica preferencial dos Estados Unidos, devendo-se preservá-la da influência de poderes extrarregionais e intrarregionais que pudessem contestar o poder norte-americano. Historicamente, isso levava a um padrão de intervenções e assimetrias do Norte sobre o Sul que finalmente seriam superadas depois de 1989 e substituídas pelo crescimento conjunto. O *slogan* deste período? *Trade not aid* (comércio, não ajuda).

Mais retórica do que prática, esta avaliação rapidamente seria superada, até mesmo pelas pressões das condicionalidades impostas à região, pelos resultados das reformas a que os países locais aderiram e pelo esvaziamento do lado norte-americano de suas próprias propostas. No que se refere aos primeiros dois itens, condicionalidades e resultados, observa-se o fracasso da implementação da agenda do Consenso de Washington na região, simbolizada pela pauta

neoliberal das privatizações, da redução da presença do Estado na economia, o corte de projetos sociais nas áreas de saúde, infraestrutura e educação, e da abertura econômica (PECEQUILO, 2013).

Desequilíbrios econômicos-sociais, aumento da exclusão e desaceleração do crescimento foram apenas alguns dos efeitos que atingiram os países latino-americanos a partir da segunda metade dos anos 1990, levando à quebra da ordem política democrática pelo agravamento das polarizações internas. Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela são algumas das nações que passaram por estas dificuldades político-institucionais, enquanto países como o Brasil e Chile sofreram pressões econômicas, ainda que sem quebra da ordem institucional. Diante deste contexto, a ajuda direta norte-americana para auxiliar a região a recuperar seu desenvolvimento foi pouca ou quase nenhuma, sendo seguida pela citada dinâmica do esvaziamento das agendas.

Com relação ao esvaziamento, observou-se apenas uma acomodação natural da política externa dos Estados Unidos ao cenário internacional em termos geopolíticos e geoeconômicos. Apesar dos positivos discursos diplomáticos sobre o hemisfério, o fim da Guerra Fria não alçara, em nenhum momento, a América Latina a uma nova posição na escala de prioridades nas relações internacionais dos Estados Unidos. Mesmo antes do esvaziamento da integração regional e crise, sinais como a não reforma do sistema interamericano, sustentado no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e a Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948), e da atualização das relações com Cuba deixavam claros os limites da reinvenção estadunidense.

Em comparação à Eurásia, a América Latina e, em escala semelhante, a África, eram teatros estratégicos secundários. A ofensiva regional era apenas reflexo das pressões sofridas pelos norte-americanos de seus aliados na Europa Ocidental e Japão, que haviam se tornado fortes competidores econômicos à hegemonia norte-americana desde os anos 1970 e a seus projetos de reforço de seu entorno regional: a Europa, com a continuidade e aprofundamento da integração e o Japão, com a reafirmação de sua esfera asiática.

Ou seja, assim como a América Latina percebia os Estados Unidos como uma válvula de escape para seus problemas, os Estados Unidos tinham a mesma percepção sobre seus parceiros regionais: uma válvula de escape para os mercados euro-asiáticos e o reforço de seu poder político hegemônico a baixo custo. Ao apresentar propostas abrangentes de construção de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC) com a IA e a ALCA, os Estados Unidos buscavam, sem quebrar nenhum padrão da Doutrina Monroe, uma “reserva de mercado” para sua influência, seus produtos industrializados e, em menor escala, fornecimento de energia e matérias-primas.

Todavia, uma válvula de escape que não contava, dentro dos Estados Unidos, com o apoio de segmentos significativos nem da sociedade, nem da classe política, nem das empresas. Embora algumas análises atribuam o encolhimento aos atentados terroristas de 11/09/2001 e à ascensão de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, esta é uma visão parcial, visto que desde o governo Bill Clinton (1993/2000), os norte-americanos haviam recuado na agenda hemisférica e nem mesmo George Bush pai (1989/1992) implementara sua pauta “americana” plenamente. Em 2000, na campanha eleitoral, Bush filho, inclusive, apresentou a prioridade de renovação do “Século das Américas” proposto por seu pai.

Isso pode ser percebido nos padrões de negociações que se estabeleceram desde a IA até a ALCA sobre a constituição da ZHLC. No caso da IA, que combinava a proposta da ZHLC com o Plano

Brady, somente esta segunda dimensão relativa ao tratamento da dívida externa pôde prosseguir. Ações de investimento ou negociação comercial não possuíram, entre 1990/91, qualquer respaldo interno. Inclusive, para Bush pai que propusera a IA e o NAFTA, ambas as iniciativas foram objeto de forte crítica no debate eleitoral de 1992, quando o presidente republicano foi derrotado pelo democrata Clinton. A crítica girava em torno da “exportação de empregos” para a América Latina caso as propostas de integração saíssem do papel, do risco do crescimento da imigração ilegal e do dispêndio de recursos no exterior.

Já em Clinton, ao serem confrontados duplamente com a crise regional e a resistência de países como o Brasil, os Estados Unidos optaram por não avançar as conversações e focar em tratados de livre comércio bilaterais com nações menores, que já detinham interdependência com os norte-americanos, e com as quais não precisavam realizar concessões (Chile, Peru, as nações do Caribe que resultaram no Acordo de Livre Comércio da América Central – o CAFTA). O NAFTA é o tipo ideal deste modelo de baixos custos político-econômicos para a hegemonia, consistindo em uma área de livre comércio que valida parcerias e interações pré-existentes.

Esta combinação de fatores culmina, no final dos anos 1990, com a retomada da autonomia regional, a partir da reemergência dos projetos políticos de esquerda. Este processo, com foco na Venezuela de Chávez e no Brasil de Lula, também inicia um reordenamento regional do espaço hemisférico. Este reordenamento baseia-se no relativo descolamento entre a América do Sul como subsistema de crescente relevância a partir do desenvolvimento de uma política interna e externa de alto perfil, em comparação aos espaços da América do Norte e da América Central e do Caribe, que mantiveram uma relação de verticalidade Norte-Sul com os Estados Unidos.

Em termos de agenda, o “novo” período sul-americano apresenta como características principais a ascensão de governos populares ao poder, a retomada de uma pauta doméstica de desenvolvimento e atenção às questões sociais e ao incremento da integração regional autóctone. Ainda que o auge deste processo seja atingido nas eras Chávez-Lula, suas raízes encontram-se no biênio 1999/2000, impulsionadas pela crise cambial, a estagnação econômica, a instabilidade político-institucional e o encolhimento externo. Frente a esta conjuntura, o governo brasileiro, liderado por Fernando Henrique Cardoso em seu segundo mandato, reativa e amplia as iniciativas sul-americanas com o MERCOSUL e a IIRSA (cujo lançamento realizou-se na I Cúpula dos Países Sul-Americanos em Brasília em 2000).

Devido às limitações econômico-financeiras do período, o foco não era comercial, mas político-estratégico, visando a criação de redes de interdependência entre as nações sul-americanas a fim de explorar suas complementaridades, tendo como base o setor de infraestrutura. Isto permitiria dinamizar a economia e criar condições para a retomada do crescimento interno e do comércio regional que, por consequência, levariam à estabilidade dos países.

Nesta perspectiva, porém, ainda não se encontrava como prioritária a demanda social, inexistindo políticas específicas sobre o setor. A ideia era que a estabilidade gerasse condições de acomodação nas sociedades em crise. Ou seja, ainda se encontrava ausente uma pauta direcionada para a reforma pós-neoliberal, com a retomada do papel do Estado na economia e de prioridades relacionadas ao bem-estar (saúde, educação, políticas contra a pobreza e de empoderamento).

No Brasil, este processo foi iniciado na gestão Lula em 2003, antecedida por Chávez, que baseou sua administração na ideia do socialismo do século XXI e lançou o projeto ALBA como

alternativa à ALCA. O governo Lula sistematizou políticas que se tornaram chave neste setor social, como o Fome Zero, o Bolsa Família, a Farmácia Popular, com projeção externa na área de cooperação Sul-Sul e ações técnicas e, na América do Sul, focado na CASA/UNASUL. Adicionalmente a estes projetos econômicos-sociais, agregaram-se iniciativas de fundo estratégico como o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. Igualmente, a América do Sul tornou-se plataforma de projeção internacional da região, com base na liderança brasileira de criar as iniciativas inéditas da Cúpula América do Sul-África (ASA) e da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), também a partir da gestão Lula (VISENTINI, 2013).

Diante deste cenário, a reação norte-americana baseou-se em dois pilares no início do século XXI: uma crítica aos projetos locais devido ao seu caráter de “esquerda”, em particular na Venezuela (país ao qual se acrescentava ainda a crítica de que era autoritário e não democrático) e o início da militarização da presença regional dos Estados Unidos. Justificada pela necessidade de realizar uma “guerra às drogas”, esta militarização tem como ponto de partida a Iniciativa Contra as Drogas na Colômbia (Plano Colômbia), lançada simultaneamente à IIRSA em 2000. Após os atentados terroristas de 11/09/2001, agregou-se à necessidade de uma maior atenção dos Estados Unidos à Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), identificada como foco de terrorismo internacional, tráfico de drogas e crime organizado.

Voltava-se, portanto, a uma reativa de afirmação da Doutrina Monroe no campo estratégico, em detrimento da proposta cooperação econômica dos anos 1990. Entretanto, uma afirmação secundária e com investimentos razoavelmente baixos, devido à aceleração da projeção de poder eurásiana dos Estados Unidos e à Guerra Global contra o Terrorismo (GWT) de Bush filho³ e seus dois conflitos “quentes”: Afeganistão (2001, com previsão de término em 2014) e Iraque (2003/2011).

Positivamente, como indicado, isto favoreceu a autonomia local, com fortalecimento dos laços intrarregionais e o incremento das parcerias extrarregionais. E, também como citado, embora o processo tenha se iniciado com FHC no Brasil e Chávez na Venezuela, foi com o governo Lula que ganhou adensamento e tornou-se paralelo ao aumento da influência da China na América do Sul. Na região, isto gerou uma situação complexa de dois triângulos geopolíticos e geoeconômicos sobrepostos: Estados Unidos-Brasil-Venezuela e Estados Unidos-Brasil-China.

Dentre estes atores, porém, um demonstrou-se no curto prazo um polo mais fraco, a despeito de sua atração regional aos países andinos (Bolívia e Equador), da bacia do Caribe e a América Central: a Venezuela. As dificuldades venezuelanas, derivadas de sua interdependência no setor energético com os Estados Unidos (seu principal mercado de petróleo), a baixa diversificação de sua economia e as polarizações sociais, ofereciam limitações reais ao crescimento e projeção global.

Ainda que o país tenha se aproximado do Irã e da Rússia no campo estratégico e reforçado seus laços econômicos com o Brasil e a China, suas ações possuíam forte componente de vulnerabilidade. De certa forma, pode-se dizer que a Venezuela buscava atuar como *free rider* (carona) do Brasil e China em alguns momentos. Por fim, a doença prolongada de Hugo Chávez e o

3 A “guerra das drogas” foi inserida em um momento na linguagem da GWT ao se definir as guerrilhas colombianas como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como “narcoterroristas”. Em 2002, Venezuela e Cuba foram incluídas pelos Estados Unidos no “Eixo do Mal” ao qual pertenciam nações como Irã, Iraque, Síria, Líbia e Coreia do Norte.

seu falecimento em 2013, a quem a imagem, a gestão e a implementação do projeto venezuelano encontravam-se diretamente relacionadas, fragilizaram a política interna e externa do país. Com isso, a partir de meados dos anos 2000, o segundo triângulo, Estados Unidos-Brasil-China, prevaleceu e tem se tornado o referencial de equilíbrio (ou desequilíbrio) da América do Sul (esta imagem dos triângulos é utilizada por diversos autores que têm analisado este tema, como Roett e Paz, 2008).

As “Novas Dinâmicas” Sino-Brasileiras e os Estados Unidos

Avaliando a interação Estados Unidos-China-Brasil pode-se inserir uma divisão cronológica em sua evolução a partir dos anos 2000: um predomínio das ações Brasil-China na região até 2008 e a nova ofensiva dos Estados Unidos a partir do último ano do governo Bush filho, a subsequente gestão de Barack Obama (2009/2014), acompanhada de um encolhimento relativo brasileiro e do aumento da presença chinesa.

No que se refere ao primeiro período 2000/2008, o vácuo da presença hemisférica dos Estados Unidos foi ocupado, como discutido, inicialmente pelas ações de Venezuela e Brasil. No caso, a ação brasileira demonstrou-se mais sustentada que a venezuelana pelos fatores rapidamente mencionados, ganhando maior visibilidade e sustentação a partir do governo Lula em 2003. Neste governo, a política regional beneficiou-se não só das iniciativas na América do Sul, mas de uma assertividade internacional ampliada, agregando às relações internacionais brasileiras uma forte projeção global.

Sustentada no eixo de cooperação Sul-Sul, esta projeção baseou-se, além dos elementos já mencionados, na construção de alianças de geometria variável como o G-20 comercial (criado para as negociações da Organização Mundial de Comércio na Reunião Ministerial de Cancun em 2003), o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)⁴. Em particular, estas duas últimas alianças, IBAS e BRICS, mantêm-se como simbólicas da força político-econômica dos emergentes, como passaram a ser definidas no século XXI estas nações do anteriormente designado Terceiro Mundo. Como agenda comum, destacam-se os temas da reforma da governança global e a defesa da multipolaridade, assim como a igualdade, reciprocidade e defesa do desenvolvimento.

Tais temas estendem-se às negociações multilaterais das Nações Unidas e incrementaram a atuação do G-20 financeiro, que ganhou visibilidade após a crise econômica global de 2008, que atingiu mais diretamente as economias desenvolvidas dos Estados Unidos e da União Europeia. Desde então, refletem-se polarizações Norte-Sul nestas negociações e mesmo no âmbito geral das relações internacionais, devido a este processo de reordenamento de poder, questionando-se a integridade e viabilidade das alianças emergentes devido a suas diferenças e elevada competição entre si.

A despeito das críticas e problemas constantemente atribuídos a estas economias (em especial pelos países desenvolvidos do Norte e mesmo forças domésticas internas em cada um

⁴ Também se destaca como relevante, no quadro da política externa brasileira, a liderança da Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH) no Haiti desde 2004.

deles), relatório recente do Banco Mundial indica que, para 2014, é possível que a economia chinesa ultrapasse a norte-americana. Da mesma forma, observa-se o crescimento dos demais BRICS e a sua sustentação de posições no ranking, assim como a emergência de um novo acrônimo, o MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia), como possíveis novos polos emergentes. Neste sentido, dentre as dez economias do mundo, em ordem de importância encontram-se: Estados Unidos, China, Índia, Japão, Alemanha, Rússia, Brasil, França, Reino Unido e Indonésia.

Somadas a estas críticas encontram-se, ainda, duas outras considerações: a primeira é de que não existiria cooperação e sim apenas competição Sul-Sul e, a segunda, indica que esta cooperação Sul-Sul refletiria apenas uma tática neoimperialista e/ou neocolonialista das nações do Sul. Dentre estas, Brasil e China, nos espaços da América do Sul e da África, seriam os principais pilares deste “novo” projeto de exploração dos países pobres. De que forma isto se reflete na América do Sul? Como lidar com esta crítica retórica vinda do Norte e com a realidade concreta das relações sino-brasileiras na região? De que maneira os Estados Unidos reagem a este fenômeno?

Assim como a intensificação da projeção brasileira na América do Sul e global é parte de um processo de atualização e elevação do perfil das relações internacionais no século XXI, a mesma lógica se aplica à China. A atuação deste país na América do Sul se insere em um quadro mais amplo de atualizações das relações internacionais chinesas, como parte de sua ascensão pacífica e desenvolvimento, que tanto traz elementos de cooperação quanto de competição com as demais nações nos níveis Norte-Sul e Sul-Sul.

Especificamente, estas atualizações inserem-se em um quadro de busca de autonomia e de redução de suas vulnerabilidades político-econômico-estratégicas diante dos Estados Unidos. Apesar do exponencial crescimento chinês, existe a percepção de que os Estados Unidos permanecem, ainda, como a principal fonte de ameaça ao país. Esta percepção desenhou-se após a crise da Praça da Paz Celestial em 1989, no imediato pós-Guerra Fria, quando os norte-americanos opuseram-se às ações chinesas no sentido de restabelecer a estabilidade interna e evitar fragmentação similar à da União Soviética (KISSINGER, 2011).

Mesmo sem ter havido quebra nas relações econômicas, as demais esferas bilaterais sofreram instabilidades, o que impulsionou e acelerou a reforma da agenda externa da China. Esta reforma visava diminuir a vulnerabilidade política, econômica e estratégica diante dos norte-americanos. A contrapartida para isso era o aumento das parcerias alternativas no Terceiro Mundo⁵ para a abertura de mercados consumidores, fornecedores de matérias-primas e insumos energéticos. Paralelamente, o foco no Sul demandava o reforço da identidade terceiro-mundista chinesa e da “ascensão pacífica”, i.e como potência não hegemônica, não revisionista e que defende a coexistência pacífica, com base no desenvolvimento mútuo dos parceiros.

Três componentes compuseram esta reforma: a busca da acomodação estratégica com os Estados Unidos (país que manteve seu *status* de “primeira prioridade” para a China); a valorização do papel das organizações internacionais multilaterais, com defesa da multipolaridade; e a atualização das estruturas de governança global e o incremento da cooperação Sul-Sul. Neste

5 Embora existam discordâncias com relação ao uso de conceitos com o “Terceiro Mundo”, “Sul” e “Norte”, que se originam nos anos 1960, os mesmos ainda retêm sua relevância explicativa e seu peso político-estratégico. Deve-se destacar que conceitos como “Sul Global”, “Norte Global” e “Segundo Mundo”, que tem se tornado presentes no século XXI também não são fonte de consenso e permanecem como objeto de debate e questionamento.

quadro tático-estratégico, as interações com o Brasil e a América do Sul inserem-se, como se pode perceber, nos dois últimos componentes (e que se aplicam igualmente aos intercâmbios com outras regiões-chave para a China no século XXI, a África e a Ásia Central).

Contextualizando a expansão chinesa na América do Sul, observam-se duas dimensões: as relações sino-brasileiras bilaterais e multilaterais no âmbito dos BRICS e demais organizações internacionais, e as interações mais abrangentes da China com a América do Sul (e os seus impactos sobre o Brasil). No que se refere à primeira dimensão, as relações sino-brasileiras, observa-se um adensamento da trajetória iniciada nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2012). Além do intercâmbio comercial e nas áreas de ciência e tecnologia, o século XXI traz a construção de uma agenda política comum. Derivada das demandas que unem estes emergentes, esta agenda também ganha impulso a partir da percepção brasileira de que a China poderia se tornar uma alternativa à interdependência assimétrica com os Estados Unidos, tanto nos setores estratégico quanto econômico.

Esta avaliação, porém, tendeu a minimizar outras assimetrias: quais sejam, as existentes entre a China e o Brasil, que se refletem tanto no âmbito bilateral quanto na América do Sul. Da mesma forma, levou o Brasil a buscar uma redução de possíveis níveis de divergência e conflito com a China em arenas política-econômica, a despeito de ações chinesas unilaterais nestes setores, em particular no campo comercial e cambial. Por fim, levou à relativa subestimação do peso da relação Estados Unidos-China na pauta da própria China. Como visto, independente de sua crescente força política, econômica e seus investimentos no setor militar, a China define esta relação como a “primeira prioridade” de sua política externa, até que possa diminuir sua vulnerabilidade diante da potência hegemônica.

Este contexto indica a ambiguidade das relações Brasil-China, que tanto possuem caráter regional quanto global, e tendências de cooperação e competição em ambos os níveis. No caso da parceria global, como examinado, a questão refere-se de forma mais imediata às interações via BRICS e organismos multilaterais, como parte de um processo de afirmação das nações emergentes como atores relevantes no cenário mundial. Inclusive, isso tem até mesmo levado à criação de novos conceitos para definir estes atores, como, por exemplo, “Sul Global”. Com isso, para alguns, se evita o teor ideológico da Guerra Fria atrelado a termos como “Sul” e “Terceiro Mundo”.

Para as nações emergentes, porém, esta é uma discussão paralela, colocada pelos países desenvolvidos, que também tendem a atrelar as ações dos novos polos a termos como “neoimperialismo” e/ou “neocolonialismo”. Ou seja, fariam parte de um conjunto de esforços do Norte, em particular das potências ocidentais, Estados Unidos e União Europeia, a fim de desqualificar o papel que estes países têm assumido no sistema ao sustentar suas ações em programas de desenvolvimento, ajuda e solidariedade. Isso não significa negar, com relação a qualquer um dos BRICS, que suas relações com países menores detêm assimetrias de poder, mas sim que o conteúdo de suas ações ao projetar poder busca atrelar o seu interesse a de seus parceiros.

Isso se aplica diretamente à presença sino-brasileira na América do Sul e na África. Em ambas as regiões, as ações de China e Brasil buscam a construção de uma agenda de interesses convergentes de desenvolvimento social, econômico e político, definindo um padrão de cooperação Sul-Sul de caráter mais solidário e menos assimétrico do que o oferecido pelas nações do Norte.

Existem diferenças qualitativas e quantitativas na projeção do Brasil e da China, referentes ao escopo dos projetos e ao montante de recursos e capacidades de poder disponíveis para cada um dos agentes. A China possui maior margem de manobra e recursos do que o Brasil, assim como propõe relações mais frouxas politicamente (sem condicionalidades ou demandas de qualquer natureza) e mais vantajosas economicamente no curto prazo. No caso do Brasil, a integração regional na América do Sul e o reposicionamento no conjunto latino-americano encontram-se atrelados a um projeto político-estratégico e não só econômico. Desta forma, correspondem à visão de uma liderança multilateral e compartilhada do espaço sul-americano que demanda a construção de um arcabouço institucional. Mesmo que os projetos MERCOSUL/UNASUL não detenham metas supranacionais similares às da União Europeia, ainda assim geram políticas de caráter intergovernamental, legislações político-econômicas comuns e compromissos mútuos (acompanhados de projetos de desenvolvimento econômico) que contrastam com a natureza das relações com a China⁶.

Esta situação se aplica como um tipo ideal à América do Sul e estende-se à África (vide os impactos da ação chinesa ao IBAS, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul). O caso africano, porém, não será examinado neste artigo (sugere-se a leitura de VISENTINI/CEBRAFRICA, 2013), mantendo-se o foco do debate nas relações triangulares Estados Unidos-Brasil-China na região. Neste sentido, pode-se identificar o ano de 2004 (JOHNSON; WASSON, 2011) como o “momento da virada” das relações sino-sul-americanas (na África, o biênio 1999/2000 é considerado chave pelo estabelecimento do FOCAC, o Fórum China-África).

Em 2004, segundo Johnson e Wasson, o presidente chinês Hu Jintao anunciou um plano de investimentos para a região e o interesse em ampliar o comércio entre o país e a América Latina. Naquele momento, a atenção já se concentrava na região sul do continente – Brasil, Chile e Argentina – expandindo-se posteriormente. A entrada da China na OMC e o reconhecimento dos países locais de seu *status* de economia de mercado impulsionaram rapidamente o relacionamento, visto que os países locais abandonaram o questionamento das práticas comerciais chinesas (deixaram de aplicar medidas *antidumping*, por exemplo).

Em contraposição à tática brasileira, como visto, a China optou pelo reforço dos laços bilaterais, incluindo os com o Brasil. Zhu (2008) indica que o Presidente Hu Jintao definiu a parceria com o Brasil para “todas as condições”, regionais e globais, e como o principal parceiro sul-americano. Além do aumento dos investimentos e fluxos comerciais com o Brasil e Argentina, outros resultados desta ação incluíram o estabelecimento de tratados de livre comércio com o Chile (2005), o Peru (2008) e a Costa Rica (2011). Também se encontram em andamento conversações com a Colômbia. Estes TLCs sobrepõem-se aos projetos de integração brasileiros e, ao mesmo tempo, aos TLCs que os Estados Unidos têm criado na região, em particular com os países da região do Pacífico.

6 Entretanto, um componente cultural tem sido marcante nestas relações, com a criação de “Institutos Confúcio” nestes países. Estes institutos, estabelecidos em parcerias com renomadas universidades locais (UNESP e UFRGS, somente para mencionar duas no Brasil) dedicam-se à promoção de atividades de ensino de língua chinesa gratuitos, exposições de arte e ciclos de filme, assim como incentivo ao intercâmbio acadêmico. Estas iniciativas convertem-se em importantes pilares de *soft power* chinês.

Além disso, em 2008, a China publicou, como aponta Zhu (2013), o primeiro *policy paper* sobre a América Latina (Livro Branco das Políticas da China na América Latina), no qual os parceiros sul-americanos acima merecem destaque novamente: Brasil, Chile, Argentina. Além destes, Venezuela e Equador também crescem em importância para a agenda chinesa. Todavia, nem os interesses chineses, nem sua presença geopolítica e geoeconômica se limitam a estes interlocutores.

Neste contexto, as linhas gerais do envolvimento chinês na região sustentam-se nos seguintes pilares: acesso a novos mercados de exportação para seus produtos; fornecimento de *commodities* nos setores de alimentos, minérios e energia; e reforço da presença diplomática da China em um espaço tradicionalmente dominado pelos Estados Unidos e com intercâmbios com Taiwan. Como subproduto destes pilares, a China realiza investimentos diretos em setores de seu interesse, tanto para a produção dos bens que consome em larga escala como para a viabilização da infraestrutura para exportação (com obras no setor de transportes e em portos, dentre outros).

De acordo com Ellis (2009), a observação do relacionamento sino-sul-americano a partir destes pilares permite a compartimentalização da região em setores de atração específicos para o interesse chinês: Cone Sul, com destaque às parcerias com Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, visando o fornecimento de petróleo, soja, aço e acesso aos mercados consumidores, e os Andes, Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e Colômbia, para compra de produtos pesqueiros, petróleo e alianças (há, ainda, a extensão ao México, à América Central e ao Caribe). No caso dos países voltados ao Pacífico, como Chile e Peru, existe um reforço adicional no interesse chinês, reforçando sua presença geopolítica nesta parte da América do Sul.

Estes aspectos reforçam o interesse local nas parcerias com a China, visto que os investimentos e ações diretas da potência asiática permitem a retomada e a ampliação do crescimento rápido pelas exportações de bens primários, como a modernização de setores estratégicos-chaves, antes definidos como pontos de estrangulamento internos. Como resultado, existe uma elevação da prosperidade destas nações no curto prazo, minimizando a percepção de que possa estar sendo gerada uma dependência econômica diante da China e vulnerabilidades domésticas nestes países.

Dentre estas, destacam-se os fenômenos da desindustrialização (que tem como outro lado da moeda a reprimarização da economia e seu foco na produção de *commodities*), a relativização do setor de serviços, a saturação de mercados e desequilíbrios comerciais e produtivos. Assim, pode-se observar um cenário de aumento de desemprego interno, perda de competitividade em setores industrializados, déficits comerciais e baixo investimento em ciência e tecnologia. No caso da reprimarização é importante também mencionar a mudança na pauta de produtos gerada pelo direcionamento da produção ao mercado chinês, resultando na elevação dos preços internos de determinados bens: por exemplo, países como o Brasil têm elevado a produção de soja, visando o mercado chinês, em detrimento de bens da sua cesta básica, como feijão e mesmo arroz e trigo.

Além disso, existe uma relativização da importância dos laços políticos e econômicos regionais, a partir do desvio de comércio para a China e a troca de dependência Norte-Sul com os Estados Unidos por uma nova dependência Sul-Sul com a China. A substituição dos fluxos intrarregionais de comércio e complementaridade entre as nações sul-americanas também reduz a possibilidade de adensamento político local via arranjos de integração ou alianças *ad hoc*.

A China, neste sentido, repete uma tática conhecida dos Estados Unidos em suas projeções de poder em escala regional: busca tornar-se o principal parceiro individual de cada país, para excluir a influência dos demais poderes, em particular das principais potências regionais, o Brasil e os Estados Unidos. No caso da América do Sul, basicamente, esta tendência ocorre no setor econômico, mas que, como indicado, implica na diminuição de alternativas políticas autóctones. Na tabela abaixo, adaptada de Slipak (2014), a evolução da presença chinesa na América do Sul ilustra bem esta situação:

A China e a América do Sul: Parceria Comercial

País	China como destino de exportações		China como origem de importações	
	2000	2012	2000	2012
Argentina	6	3	4	2
Bolívia	18	9	7	2
Brasil	12	1	11	1
Chile	5	1	4	2
Colômbia	36	2	9	2
Venezuela	35	2	18	2

Segundo Gallagher e Porzecanski (2010), além dos riscos já apontados, existe a possibilidade de que os países sul-americanos, e na América Latina em geral, atribuam, no médio e no longo prazo, responsabilidades à China por suas futuras crises. Novamente, repetir-se-ia o mesmo padrão atribuído aos Estados Unidos como gerador de relações assimétricas. Entretanto, na visão dos autores, esta seria uma visão equivocada e tendenciosa, assim como as acusações sobre o “neoimperialismo chinês” (ou brasileiro em menor escala), uma vez que as escolhas políticas e econômicas têm sido realizadas pelos países locais de forma autônoma e não a partir de pressões chinesas. Se antes se podia falar em um Consenso de Washington no qual predominavam condicionalidades impostas pelos Estados Unidos a seus parceiros hemisféricos, o mesmo não ocorre no caso chinês.

Apesar de toda a discussão contemporânea sobre a existência ou não de um Consenso de Beijing que substituiria o de Washington, não se observa da parte da China, como já indicado, a geração de demandas políticas e econômicas estruturais para que se construa a parceria com o país. Muito pelo contrário, na base das concepções chinesas de relações internacionais de ascensão pacífica e desenvolvimento harmonioso, o ponto central do estabelecimento de intercâmbios com parceiros é a possibilidade da convergência de interesses e prosperidade conjunta. Ou seja, se os parceiros sul-americanos optam por caminhos políticos e econômicos sem exigirem maior reciprocidade da China em alguns setores (em especial os de maior poder relativo como o Brasil), trata-se de uma opção de política externa. Isto é, não há a imposição de um “modelo chinês” aos parceiros, sejam eles americanos, asiáticos, europeus ou africanos. Neste sentido, Slipak (2014) chega a sugerir que o “Consenso de Beijing” poderia ser analisado como a percepção destes parceiros de que as alianças com a China geram desenvolvimento, portanto, seria um “consenso de desenvolvimento”.

Diante deste cenário, as reações norte-americanas à expansão dos emergentes na América do Sul (e também na África e no Atlântico Sul) iniciaram-se de forma mais sistemática em 2008, atingindo maior intensidade a partir de 2009, com a chegada de Barack Obama ao poder na Casa Branca. Obama não só deu continuidade às políticas lançadas por Bush filho no campo geopolítico, como inseriu componentes geoeconômicos na agenda de contenção de Brasil e China. Stallings (2008) aponta que mesmo que a postura brasileira e chinesa não seja confrontacionista diante da hegemonia, o fato de sua projeção de poder começar a chocar-se com a norte-americana na economia e na dimensão política-estratégica impôs uma necessidade de resposta aos Estados Unidos.

Deve-se destacar que o ano aqui identificado como de retomada estadunidense, 2008, coincide com a eclosão da crise econômica global nos países desenvolvidos, reforçando ainda mais a ideia de que as ações dos Estados Unidos na região ganham força como válvula de escape às tensões econômicas neste país. Isto é, não emergem de uma política construtiva para o continente ou que vise o aprofundamento da colaboração, mas sim de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos polos de poder nesta região e em escala mundial.

Em termos geopolíticos, a reação norte-americana optou por ações de “dividir para conquistar”, reconhecendo o Brasil como parceiro estratégico⁷ já no governo Bush, posição reafirmada por Obama ao definir o país como um dos “novos centros de poder” mundial (NSS, 2010). A região do Atlântico Sul voltou a ser definida como estratégica para o interesse dos Estados Unidos no campo da segurança⁸, observando-se três ações direcionadas a esta região: a reativação da Quarta Frota, o aumento dos investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a criação do Comando Militar da África (USAFRICOM). Em linhas gerais, o Atlântico Sul retoma este papel devido à crescente presença brasileira, chinesa e indiana neste espaço, destacando-se sua relevância como zona de passagem e de produção de recursos energéticos (pré-sal, acesso a petróleo e gás) e de *commodities*.

Na América do Sul, mais especificamente, mantêm-se os investimentos no Plano Colômbia, somando-se uma “nova guerra às drogas”, agora no México, com o estabelecimento da Iniciativa Mérida. A partir de 2010, aumentaram também as tensões políticas com o Brasil por conta da atuação do país em Honduras, a criação da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) e a elaboração do Acordo Nuclear Tripartite Irã, Turquia, Brasil. Contudo, o conflito mais acentuado foi em 2013, devido às denúncias, realizadas por Edward Snowden, de espionagem norte-americana a Chefes de Estado, incluindo a Presidente Dilma. O episódio levou ao cancelamento da visita oficial de Estado da Presidente aos Estados Unidos em outubro daquele ano, e a manifestações amplas da comunidade internacional contra esta prática (além da Presidente Dilma, a Primeira-Ministra da Alemanha Angela Merkel desempenhou papel importante no processo, ainda em andamento).

7 O marco deste processo ocorre em 2005 com o estabelecimento do “Diálogo Estratégico Brasil-Estados Unidos”. Para uma análise da relação bilateral Brasil-Estados Unidos em maior detalhamento sugere-se PECEQUILLO, 2012.

8 A edição de número 4 (Jul/Dec 2013) da Revista Austral “South Atlantic, Brazil, and the Cooperation between Semiperiphery and Periphery”, disponível em <http://seer.ufrgs.br/Austral>, aborda a reemergência do Atlântico Sul como foco de interesse das grandes potências. Acesso em: 8 dez. 2013

Na arena geoeconômica, os Estados Unidos optam pela aceleração dos tratados bilaterais de comércio (assim como a China, como analisado), não existindo a retomada de propostas de integração regional abrangente. O objetivo é tornar-se novamente um polo de atração para a América do Sul devido à perda de espaços comerciais, como visto no quadro aqui apresentado. Este processo, todavia, caminha lentamente, e começou a ser acompanhado por uma tática paralela de fechamento de espaços de mercados para os emergentes, em especial Brasil e China.

Na esfera do Pacífico, isso resultou em duas iniciativas: uma de caráter regional, o apoio à Aliança do Pacífico, um acordo de livre comércio entre México, Peru, Chile e Colômbia, e uma de caráter global, a “Parceria Transpacífica” (*Transpacific Partnership* – TPP). A TPP busca o estabelecimento de um novo pivô asiático de contenção à expansão da presença chinesa na Ásia e no Pacífico em geral, sendo composta de pilares estratégicos (reposicionamento de tropas norte-americanas) e econômicos (estabelecimento de uma área de livre comércio na região do Pacífico). Os antecedentes da TPP remetem à APEC (Cooperação Econômica da Ásia Pacífico) lançada pelo Presidente George Bush (pai) nos anos 1990, mas que, assim como outros projetos de integração regional focados na ação dos Estados Unidos, não caminharam. Se na América Latina/do Sul, como discutido, o vácuo norte-americano foi ocupado por Venezuela, Brasil e China, no Pacífico, a China tornou-se mais relevante.

Entretanto, a ofensiva estadunidense não se limitou a estes espaços, mas se refletiu em uma tentativa de dinamizar o relacionamento com a União Europeia. Afetados duramente pela crise de 2008, ambos os lados do Atlântico perderam margem de manobra diante dos emergentes, assim como são foco das exportações chinesas e das pressões pela liberalização do comércio global. A reação veio em 2013, no anúncio da abertura de negociações secretas para o estabelecimento de um tratado de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Europeia, a “Parceria Transatlântica” (TPPI). O objetivo aqui é duplo: fechar os espaços internos de cada um dos dois parceiros à China e retomar competitividade nos demais mercados.

Por fim, há de se mencionar a já citada pressão no campo político-ideológico que vem sendo realizada sobre os emergentes, atribuindo a suas ações um caráter de exploração das nações mais pobres, sob a égide dos “neos” imperialismo e colonialismo. Esta reação, em particular do ocidente centrado em torno da União Europeia e dos Estados Unidos, conta, porém, com um apoio de elites políticas dentro dos emergentes, como no caso do Brasil. Assim, este discurso é muitas vezes incorporado de forma acrítica no debate interno, associado também a qualificações simplistas acerca do regime político dos emergentes: a Rússia seria “autoritária, agressiva, expansionista”, a China “não democrática e autoritária”, o Brasil “hegemônico, amigo de ditadores e corrupto”, a Índia e a África do Sul “desiguais e violentas”, dentre outros exemplos de uma retórica carregada de preconceitos.

Frente a estas pressões chinesas e norte-americanas, as reações brasileiras têm sido ambíguas, em particular no governo da Presidente Dilma Rousseff, no qual se observa um certo encolhimento e menor visibilidade da política externa. Ao mesmo tempo em que se busca matizar processos como o de desindustrialização, por outro lado não se busca a confrontação político-econômica com a China a fim de não quebrar as alianças multilaterais globais. Na América do Sul, isso se reflete em uma razoável estagnação de iniciativas, mantendo o MERCOSUL e a UNASUL em compasso de espera, e, no cenário internacional em geral, em um baixo perfil relativo. Ou seja,

ainda que a presidência afirme uma política de continuidade de táticas e princípios, falta maior intensidade e recursos no sentido de sustentar a ação brasileira de forma sistemática.

Se estas medidas norte-americanas, ou mesmo as reações brasileiras (ainda que tímidas), serão ou não efetivas no médio prazo, é cedo para dizer, principalmente porque os indicadores econômicos norte-americanos demonstram-se razoavelmente estagnados em 2013 e com baixas perspectivas de crescimento para 2014, assim como no caso do Brasil. Além disso, o Brasil atravessa significativa encruzilhada política em 2014, com a realização de eleições presidenciais, cujos impactos sobre as relações internacionais e a estabilidade interna não devem ser desconsiderados.

A “terceira parte” do triângulo, a China, parece indicar uma tendência maior de estabilidade, ainda que não se possa subestimar os riscos da crise no Ocidente em sua economia ou mesmo as pressões de sua demanda por energia e *commodities* em geral e os impactos de sua presença econômica em regiões como a África e a América do Sul/Latina no campo social-econômico, que tem gerado tanto desenvolvimento quanto assimetrias. Da mesma forma, estes impactos não se encontram completamente claros. Mesmo que as análises apontem seus riscos, há também a possibilidade de que estes mesmos riscos possam ser evitados ou minimizados por ajustes no relacionamento Sul-Sul, a partir de uma maior assertividade dos parceiros vis a vis a China. Neste contexto, é preciso compreender que

a rápida e abrangente consolidação da presença chinesa na África e na América Latina é, sem dúvida, também um sinal do amadurecimento deste país como um poder global. Mesmo que a excitação em torno de uma “nova partilha da África” ou sobre uma nova ameaça à Doutrina Monroe possa ser exagerada, a China certamente tem transformado a dinâmica geopolítica de ambas as regiões, pelo menos, como uma alternativa à tradicional dominação ocidental. (ANDREWS-SPEED; DANNREUTHER, 2014, p. 165)

Portanto, assim como em outras eras de “troca hegemônica” ou de mudanças significativas no equilíbrio de poder que podem levar à multipolaridade, o sistema experimenta uma era de fragilidade. A elevação das crises externas somadas às fragmentações sócio-econômicas internas, comuns a todos os polos, tradicionais e emergentes, em diferentes graus, indicam a continuidade de um século XXI de incertezas. Para o Brasil, pivô sul-americano, a liderança regional, em um contexto de polarização Estados Unidos-China em sua zona de influência e mesmo no mundo, surge como desafio que deve ser encarado com pragmatismo e com a manutenção da assertividade de suas relações internacionais.

Referências Bibliográficas

ANDREWS-SPEED, Philips and DANNREUTHER, Roland 2014. *China, oil and global politics*. London and New York: Routledge.

“Brasil é 7a maior economia, e China deve passar EUA logo, diz Banco Mundial”. 2014. Disponível em: [<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm>.] Acesso em: 30 abr. 2014.

- BRZEZINSKI, Zbigniew. 2012. *Strategic Vision*. New York: Basic Books.
- ELLIS, R. Evan. 2009. *China in Latin America- the whats and wherefores*. Boulder/London: Lynne Rienner Publishers.
- FUNG, K.C and GARCIA-HERRERO, Alicia (ed). 2012. *Sino-Latin American economic relations*. Oxon: Routledge.
- GALLAGHER, Kevin P. and PORCEZANSKI, Roberto. 2010. *The dragon in the room*. Stanford: Stanford University Press.
- JOHNSON, Gregg B and WASSON, Jesse T. 2011. "China, Latina America and the United States: The Political Economy of Energy Policy in the Americas" in CURRIER, CARRIE LIU and DORRAJ, Manochehr (ed). 2011. *China's energy relations with the developing world*. New York/London: Continuum.
- KISSINGER, Henry. 2011. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- NATIONAL SECURITY STRATEGY. 2010. The White House, Washington. Disponível em [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf]. Acesso em 10 jul. 2011
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. 2012. *Brasil e China : cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. 2013. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. 2012 *As relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (ed.). 2008. *China's expansion into the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States*. Washington, Brookings Institution Press.
- SHAMBAUGH, David and MURPHY, Dawn. 2013. "US-China interactions in the Middle East, Africa, Europe and Latin America" in SHAMBAUGH, David (ed). 2013. *Tangled Titans- the United States and China*. New York: Rowan & Littlefield Publishers Inc. p. 315-345
- SLIPAK, Ariel M. 2014. "América Latina y China: cooperación Sur-Sur o Consenso de Beijing?". *Nueva Sociedad*, 250. Marzo-Abril. p. 102-113
- VISENTINI, Paulo Fagundes. 2013. *A projeção internacional do Brasil 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- VISENTINI, Paulo Fagundes e equipe CEBRAFRICA. 2013. *A África e as potências emergentes- nova partilha ou cooperação Sul-Sul?* Porto Alegre: Ed. Leitura XXI.
- ZHU, Zhiqun. 2013. *China's new diplomacy- rationale, strategies and significance*. Burlington: Ashgate, 2nd edition.